

# DOSSIÊ VISÕES DA GLOBALIZAÇÃO

Convivemos hoje com um complexo de mudanças sobre as quais ainda não sabemos teorizar muito bem, mas que temos nos acostumado a associar a uma nova fase de organização do capitalismo que chamamos de "globalização". Essas mudanças incluem desde a transformação dos termos em que se dão as relações de produção até a redefinição do papel do Estado-nação; desde a intensificação dos fluxos de pessoas e imagens até realinhamentos políticos localizados; desde novos padrões de reprodução de desigualdades (de classe, gênero, raça etc.) até novos fundamentalismos religiosos. Os artigos que compõem este Dossiê tentam, a partir de perspectivas diferentes, definir e discutir algumas dimensões dessas mudanças. Nesta introdução, gostaria de tocar rapidamente em apenas uma delas: a do papel dos intelectuais frente à redefinição de alguns dos parâmetros em relação aos quais seu trabalho se configura no mundo globalizado.

Arif Dirlik aborda diretamente esse tema ao criticar a noção de pós-colonialismo. Embora sua discussão focalize algumas práticas de intelectuais do que talvez ainda se possa chamar "de Terceiro Mundo", sua atenção necessariamente fixa-se apenas sobre um subgrupo deles: o de alguns intelectuais originários de países periféricos mas que trabalham no Primeiro Mundo. A tese mais provocativa de Dirlik é a de que a nova fase de estruturação do capitalismo em nível mundial cria uma nova *intelligentsia* global desterritorializada e desnacionalizada que vive a condição de pós-colonialidade. Essa condição, a seu ver, impede o desenvolvimento de um pensamento crítico tanto sobre as condições (capitalistas) que a geram quanto sobre o novo poder disponível a essa *intelligentsia*. É interessante seguir algumas provocações de Dirlik e dos outros autores incluídos no Dossiê, mas para olhar para dentro do Terceiro Mundo, ou pelo menos para dentro do Brasil.

Pelo menos duas das mudanças discutidas nos artigos que se seguem sugerem transformações nos parâmetros do desenvolvimento do trabalho intelectual: a crise do Estado-nação e a crise das metanarrativas que constituíram a modernidade. O argumento, apresentado aqui por Arjun Appadurai, de que o modelo do Estado nacional baseado no isomorfismo

entre território, povo, cultura e soberania está em crise provavelmente soa mais convincente em algumas partes do globo do que em outras. Nas Américas, ele tende a soar exagerado, enquanto na África a verossimilhança aumenta. Em um seminário recente em São Paulo, cientistas sociais brasileiros deixaram claro a Appadurai as suas dúvidas em relação à idéia de que na América Latina estamos entrando numa era pós-nacional\*. Mas sua proposição de que "precisamos nos pensar além da nação" não deixa de ser sugestiva, sobretudo se a tomarmos não para proclamar o fim dos Estados-nações, mas para questionarmos a estreiteza de seus limites para circunscrever os horizontes da prática intelectual no contexto do capitalismo globalizado.

Embora o grau da crise que afeta o Estado-nação como forma de organização político-social seja bastante discutível, parece inegável que, nesta nova fase de globalização do capitalismo, as referências nacionais são amplamente redelineadas. Nesse contexto, forçosamente o trabalho intelectual tem que se redefinir. Talvez soe estranho usar esse "forçosamente". No entanto, creio que hoje se pode afirmar mais ou menos sem gerar grandes surpresas que o papel dos intelectuais em países como o Brasil foi moldado no e pelo processo de constituição da nação. Os intelectuais brasileiros têm pensado acima de mais nada a nação e, de diferentes maneiras, ajudado a reinventá-la seguidamente. Na antropologia, disciplina que conheço melhor, isso é especialmente claro. A antropologia brasileira é uma antropologia nacional, como é o caso de várias outras antropologias periféricas, em contraste com as antropologias imperiais — a inglesa, a francesa e a norte-americana. Temos estudado nós mesmos e nossos desafios; não os distantes "outros" situados para além das fronteiras nacionais. O olhar para fora foi tradicionalmente apenas um olhar para cima, ou melhor, para o centro. De lá absorvemos os modelos e as narrativas universalizantes a serem deglutidas e processadas nacionalmente. Raramente olhamos para o lado, nem que seja para comparar.

O viés nacional veio junto com algumas concepções do papel do intelectual no espaço público. No Brasil, os intelectuais são antes de mais nada intelectuais públicos, que moldam seu trabalho em referência à política e ao debate público. Longe de qualquer tipo de torre de marfim, expressam em sua atividade um comprometimento com a realidade em que vivem. Este é provavelmente o aspecto mais marcante e positivo da concepção do trabalho intelectual em países como o Brasil. No entanto, esse tipo de modelo também tem seus problemas, já que, para dizer da maneira mais branda possível, acaba outorgando aos intelectuais um papel excessivamente privilegiado. As versões são as mais variadas: o educador das massas, o revolucionário de vanguarda, o visionário das metas para o futuro, o planejador dos planos-pilotos, o depositário da consciência crítica etc. etc. Todos esses papéis originam-se em metanarrativas cada vez menos sustentáveis, sejam elas a crença na modernização, o marxismo ou o modernismo. Vêm minando esses modelos não apenas formulações teóricas como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, mas, obviamente, também a prática

(\*) O seminário "Globalização e a reprodução de desigualdades na periferia", organizado pela Unicamp, USP e Cebrap, ocorreu entre 22 e 24 de setembro de 1996. Os comentaristas que debateram com uma série de teóricos internacionais que pensam o tema da globalização, inclusive Arjun Appadurai, e que ressaltaram a importância da referência nacional foram Maria Hermínia Tavares de Almeida, Vilmar Faria, Elizabeth Jelin e Paula Montero.

social e política. Os movimentos sociais que eclodiram no Brasil desde o final dos anos 70, bem como a crise econômica da década perdida, forçaram a reconsiderar tanto o papel clarividente dos intelectuais de vanguarda e seus partidos quanto as possibilidades de desenvolvimento ininterrupto e de progresso.

Mesmo que o modelo do Estado-nação não esteja entrando em colapso, é inegável que a rigidez de suas fronteiras tem sido abalada por processos transnacionais. Há que se olhar para o lado, pois vários processos contemporâneos atravessam lateralmente os Estados, escapando tanto ao controle nacional quanto às relações de força definidas simplesmente em termos de centro e periferia. A criação do Mercosul e a redefinição dos termos das trocas e da rigidez das fronteiras entre os países da região são indicações próximas da importância desses processos colaterais. Mas talvez o exemplo mais claro de como estão mudando as referências não só de processos econômicos mas também da própria prática política seja a organização das ONGs e dos movimentos sociais globalizados, como o ambientalismo, o feminismo e o movimento internacional de direitos humanos.

Na nova conjuntura transnacionalizada, como se redefinirão os papéis dos intelectuais? Se não será mais no exclusivismo da arena nacional que teremos que trabalhar, como nos equiparmos para organizar a produção do conhecimento e de crítica e manter o comprometimento com a realidade em que vivemos? Se desejamos evitar a condição de pós-colonialidade da *intelligentsia* globalizada criticada por Dirlik, que condição queremos criar para nós mesmos? Que alianças queremos construir? De que posição queremos falar? Com o fim da crença na possibilidade de se desenhar o futuro com base em metanarrativas e determinar racionalmente o caminho até ele, que outro tipo de discurso queremos construir? Se hoje não são mais sustentáveis seja a exclusividade da referência nacional, seja a pretensão da crítica vanguardista, como redefinir o papel público dos intelectuais em países como o Brasil?

Até muito recentemente, aprendemos a nos pensar olhando para o centro em busca de inspiração e falando do alto para proferir nossos diagnósticos. Algumas vezes olhamos para o lado — como no auge das preocupações com o desenvolvimentismo e a teoria da dependência, quando nos concebíamos como latino-americanos —, mas quase nunca para a África ou para a Ásia, cujos destinos tendemos sempre a ignorar. O que o Egito, a África do Sul ou a Índia poderiam falar que nos dissesse respeito, se estávamos tão interessados apenas no caráter único da nossa nação? Interessavam-nos os países centrais que nos dominavam e definiam e cuja linguagem universalista queríamos comandar, mas não os outros dominados e seus particularismos. O que os textos deste Dossiê, bem como vários outros que discutem problemas semelhantes, parecem nos indicar é que a nova situação criada pela globalização mina as possibilidades do exclusivismo nacional, obrigando-nos a olhar para o lado (e não só para o centro) e a nos pensar além das nossas fronteiras. Nesse novo contexto os

desafios são grandes, como, por exemplo, o de introduzir na academia esse olhar colateral, sendo que não temos quase nenhuma tradição de pesquisa comparativa e as nossas universidades não estão equipadas a oferecer os cursos mais elementares de história contemporânea dos países latino-americanos, para não falar dos países africanos ou asiáticos.

Se a questão não é integrar uma nova *intelligentsia* global incapaz de refletir sobre as relações de poder que asseguram sua posição no centro, o desafio é criar diálogos e colaborações paralelas que possibilitem novas formas de conhecimento colaterais, novas formas de crítica e novas formas de intervenção pública. **(Teresa Pires do Rio Caldeira)**

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 49, novembro 1997  
pp. 3-6

---